

A relação o sujeito surdo com a língua portuguesa escrita

Lucimar BIZIO

PUCSP

prbizio@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo tece considerações sobre a aquisição da língua materna, pelo sujeito surdo, e como esta questão foi e tem sido tratada teoricamente até aqui. Para encaminhar a reflexão sobre o tema em questão foi necessário desnaturalizar termos que circulam livremente no campo dos estudos sobre a surdez. Entre eles, destaca-se o de língua materna, L1 e L2, uma vez que, na abordagem bilingüista, entende-se a Língua de Sinais como L1, enquanto a escrita do português é considerada como segunda língua –L.2. Alguns autores foram selecionados para falarem sobre o assunto.

Foram abordadas as possibilidades de contribuição do diálogo com a Lingüística e também com a Psicanálise, com vistas a considerar a singularidade do surdo. Neste trabalho está em questão a relação singular do sujeito surdo com a linguagem, que movimentou as discussões sobre a língua materna do surdo, o que é L1 e L2.

Palavras-chave: surdo, bilingüismo, língua materna, primeira língua, segunda língua.

Aquisição de linguagem: língua materna e língua de sinais

Neste artigo, destaco os principais aspectos que dizem respeito às relações entre oralidade, língua materna, língua de sinais e escrita. Início com uma discussão sobre a aquisição de linguagem, que tem uma configuração particular quando a surdez está em questão, isso porque é possível observar que as hipóteses sobre aquisição de linguagem da criança surda estão sempre atreladas à natureza pedagógica, isto é, estão assentadas em processos de ensino/aprendizagem. Nesta questão, a perda auditiva parece ser responsável pelo viés pedagógico dos estudos sobre a aquisição de linguagem de crianças surdas.

É sem dúvida necessário reconhecer que no caso da criança surda há uma privação sensorial que “vai atrapalhar, se não impedir, que o desenvolvimento de linguagem possa acontecer por meio da exposição à língua falada por seus pais” (HARRISON, 2000, p.118). Nesta citação pode-se notar a idéia de que se não houvesse uma perda auditiva, a linguagem seria *acessível*, ou seria algo a ser ensinado, à medida que ela é tomada como **naturalmente transmissível** na ausência de um déficit sensorial. Como assinala Andrade (2003) ao criticar tal posição: “A linguagem é naturalmente apreendida por um sujeito dotado de capacidades perceptuais e cognitivas” (ANDRADE, *op. cit.*, p. 119). A privação auditiva parece ser a única barreira para que a criança surda adquira a linguagem, dentro do processo ensino-aprendizagem.

Se na abordagem oralista a idéia de treinamento auditivo enfatiza a necessidade de minimizar a “deficiência auditiva”, no bilingüismo o pensamento subjacente não é diferente:

concordar que existe uma língua predominantemente **visual**, à qual a criança tem pleno **acesso**, na qual a privação sensorial não tem influência, e por meio da qual ela pode interagir com outras crianças, adultos surdos, com seus pais e com o mundo, devemos fazer um encaminhamento neste sentido (HARRISON, *idem*, p. 119) [ênfase minha].

Na perspectiva do bilingüismo, parte-se da idéia de que a língua de sinais é plenamente acessível ao surdo. Defende-se, também, a posição de que a perda de audição é uma marca de diferença que deve ser aceita e respeitada pela comunidade ouvinte, do mesmo modo que é necessário reconhecer a cultura e a identidade do surdo.

Assim, o bilinguismo, que traz uma perspectiva diametralmente oposta ao oralismo, apresenta uma convergência em um ponto central – a garantia de acesso à linguagem via percepção. Se no oralismo, o treino auditivo garante a possibilidade de acesso à fala, e no bilinguismo a presença de uma língua, cuja materialidade é espaço-visual, garante também o acesso perceptual à língua, ou seja, em ambas as perspectivas, a integridade dos aspectos perceptuais deve estar garantida para possibilitar o “desenvolvimento da linguagem” – no bilingüismo o acesso à língua de sinais é garantido pela natureza visual da língua de sinais. Há neste sentido uma *naturalização* do processo de aquisição de linguagem.

Conceitos de língua materna, língua de sinais como primeira língua, a própria definição do que é língua, na aquisição de linguagem, para o sujeito surdo, podem ainda serem revisitados, sem apagar, ou mesmo naturalizar a complexidade que tais questões teóricas trazem consigo.

Complexidades teóricas sobre surdez e aquisição de linguagem

Neste artigo, meu objetivo foi colocar em discussão algumas idéias que fazem presença, de modo irrefletido, em grande parte dos trabalhos sobre a surdez e aquisição de linguagem pelo sujeito surdo, seja na aquisição de língua de sinais, como primeira língua - língua materna, ou língua escrita, como segunda língua especialmente aqueles que dialogam com o Interacionismo, com a Psicologia Histórico-Social-Cultural, assim como com a Linguística. Vejamos cinco dessas ideias abaixo:

→ A primeira destas ideias, presente em trabalhos ligados tanto ao oralismo quanto ao bilingüismo, que entende que a particularidade do processo de aquisição de linguagem pelo surdo está relacionada com a questão da acessibilidade. Nas duas propostas, ao que parece, garantir o acesso ao “input”, seja ele oral ou visual/ gestual, é condição necessária e suficiente para que a linguagem se desenvolva naturalmente.

→ A segunda, circunscrita especialmente ao bilingüismo, é que propostas baseadas nas concepções diametralmente opostas – o inatismo de Chomsky e a psicologia histórico-cultural de Vygotsky – estabelecem uma relação pouco produtiva, para não dizer equivocada, com a Lingüística. No primeiro caso, é realizada uma empirização de uma proposta racionalista e, no segundo, não se chega a especificar como a interação com o outro responde pela mudança no processo de aquisição dos sinais.

→ A terceira diz respeito ao estatuto da língua de sinais concebida como um mero instrumento que possibilita ao surdo comunicar-se, isto é, a língua é um código. Veja que não se trata de um sujeito da língua, como mostrou Behares (1997), mas de um indivíduo que usa a língua e esse uso confere uma identidade, uma etnia; tal perspectiva responde pelo viés ideológico que marca fortemente os trabalhos sobre a surdez.

→ Também é possível observar que os estudos desenvolvidos sobre a língua e surdez, por Behares (1997), indicam que os conceitos de primeira língua, língua natural e língua materna se apresentavam sobrepostos, criando equívocos. Em função disso, se faz necessário explicitar esses conceitos.

→ Finalmente, objetivei destacar que a questão da língua materna ou L1 merece um tratamento verticalizado, como podemos encontrar no trabalho de Pereira de Castro e Behares, pois, como tentei indicar, a questão da língua materna tem relação com assujeitamento, com estruturação subjetiva, ela é a língua na qual e em relação à qual o sujeito é determinado como efeito. Certamente, não há como pensar a escrita do surdo, a aquisição de língua de sinais, sem considerar tais questões.

Língua de Sinais: língua materna?

Há autores, como Skliar (1998), que investigam a língua de sinais, ao longo dos tempos, de como os surdos adquirem uma língua cuja modalidade de recepção e de

produção é viso-gestual. Apesar de sua longa existência, uma teorização consistente sobre a aquisição de línguas de sinais é recente e rodeada de complexidade. Segundo Goldfeld (2001), há determinados equívocos em muitos trabalhos sobre a surdez.

A autora diz que a maior parte da bibliografia relacionada à aquisição da linguagem pelos surdos não aprofunda a reflexão de questões teóricas, fica-se apenas na análise de questões práticas, discutindo como atender à criança surda, como instrumentalizá-la para comunicar-se, mas sem enfrentar questões complexas e fundamentais para o entendimento de como esses sujeitos acedem ao universo simbólico.

Para fazer uma análise crítica dessas abordagens, deve-se fazê-la a partir de pressupostos teóricos bem definidos. Não é possível analisar as conseqüências que cada filosofia provoca no desenvolvimento das crianças surdas sem conhecer, a princípio, uma teoria que trate da linguagem e de sua importância no desenvolvimento global da criança (GOLDFELD, op.cit., p.46).

O ponto é que menos do que tomar a aquisição de linguagem do surdo como um enigma, a aquisição quase sempre é alçada para justificar práticas pedagógicas ou clínicas. É necessário deslocar os estudos sobre aquisição do palco de discussões ideológicas e tomá-la como uma questão que merece atenção particular

Os trabalhos de Stokoe (1960) e de Klima e Bellugi (1977) criaram as bases para um estudo científico desse sistema linguístico. Assim, as línguas de sinais receberam o mesmo estatuto lingüístico das línguas naturais, apesar das diferenças das línguas orais no que tange ao “uso do espaço como valor sintático e a simultaneidade dos aspectos gramaticais são algumas das restrições levantadas pela modalidade viso-espacial que determinam sua diferença estrutural em relação às línguas auditivo-orais” (SKLIAR, 1998. p.24).

Desse modo, prossegue o autor, a linguagem deveria ser definida independentemente do canal pelo qual se expressa, quer dizer, a linguagem possui uma estrutura subjacente

independente da modalidade de expressão. Com isso a língua de sinais e a língua oral não se opõem, mas apenas possuem canais diferentes.

Segundo Behares (1997), atualmente o caráter lingüístico da Língua de Sinais é indiscutível no campo da Lingüística e as discussões a esse respeito têm, hoje em dia, como foco a determinação de que tipo de língua é essa, bem como sua naturalidade. No ambiente teórico em que Stokoe produziu o trabalho que revolucionou os estudos sobre a língua de sinais - a lingüística norte-americana- o adjetivo natural assinala que “essa língua é falada por uma comunidade e que há, pelo menos, um falante dessa língua que a tem como primeira língua” (BEHARES, op.cit., p. 121).

Desse modo, pode-se dizer que toda e qualquer criança surda “pode adquirir a língua de sinais desde que participe das interações quotidianas com a comunidade surda, como acontece com qualquer outra criança na aquisição de uma língua natural” (SKLIAR, op.cit., p.26). Natural, para Skliar, não se refere a uma “espontaneidade biológica”, mas se refere a uma língua que foi criada e é utilizada por uma comunidade específica de usuários, que se transmite de geração em geração e que, com o tempo, muda tanto estrutural como funcionalmente. Para ele, colocar a língua de sinais ao alcance de toda criança surda deveria ser o princípio fundamental de uma política lingüística, que poderia sustentar um projeto pedagógico mais amplo.

A língua de sinais, vista pelo bilingüismo, dentro de uma perspectiva que Behares denomina “visões clássicas sobre a sócio-antropologia da surdez” (BEHARES, 1995, p. 133), é considerada como parte fundamental da identidade surda, em função de seu efeito unificador e determinante na comunidade de surdos. Segundo Behares, chega-se mesmo a afirmar que a língua de sinais é um fator de etnização nas comunidades surdas, embora para o autor se deva interrogar se os surdos são de fato um grupo étnico.

Behares (1995) discute os trabalhos realizados a partir do Interacionismo simbólico e que se caracteriza, de acordo com sua análise, por uma descrição empírica da interação mãe-criança, impulsionada por um esforço interdisciplinar e influenciada por trabalhos ligados à pragmática lingüística e à psicologia histórico-cultural de Vygotsky. Tais estudos, segundo ele, não tinham como fugir das questões da comunicação e da linguagem e o ponto central eram os processos de constituição de um sistema convencional de comunicação entre mãe e

filho. Numa vertente oposta, Pereira de Castro (1989) atribui a gênese destes simbolismos à interação mãe-criança “e aos modos de interpretação maternos que conferem significado aos gestos da criança” (BEHARES, op.cit., p. 138). Assim, temos que crianças surdas filhas de pais surdos têm sua identidade definida de modo positivo, pois a língua de sinais é constitutiva na relação com o casal parental.

Quanto aos pais ouvintes, com filhos surdos, costumeiramente transmitem, em suas falas, uma fantasia, marcada, de início, por uma fórmula negativa, como diz Behares (idem ibidem): “você é (deveria ser) um ouvinte, mas não fala.” Essa mudança de identidade, assinala Behares, é explicada, na perspectiva que ele denominou visões clássicas, com aparente facilidade, pois ela está assentada em conceitos da psicologia social vinculada a representação de si como tomada de consciência, e no fato do surdo ser ou passar a ser usuário da língua de sinais.

As crianças surdas teriam acesso a esses modelos pela interação social e a identificação com o modelo seria pela via da semelhança: “eu sou como esse outro”. Para Behares, essa “identificação modélica”, definida na interpretação clássica da surdez como fenômeno social, é bastante simplista, pois atribui ao indivíduo a possibilidade de escolha de uma identidade, ou o surdo acaba limitado a uma identidade pelo grupo dentro do qual se socializa.

Note-se ainda que há uma possibilidade de surdos filhos de pais ouvintes mudarem sua identidade e abandonar um grupo em que foi constituído para passar a outro. É visível, então, o apagamento da pluralidade das identidades surdas e da singularidade do sujeito.

Cabe interrogar finalmente, o que se pode pensar a respeito da relação língua/identidade, nessa visada interacionista: esta relação está centrada no uso, entendido como incorporação da língua oral ou de sinais como instrumento de comunicação?

Finalmente, Behares coloca três questões fundamentais que nos permite interrogar o modo como a definição de língua materna costuma ser definida nos estudos sobre a surdez. Seguem as questões a serem enfrentadas:

-o estatuto da língua de sinais enquanto língua é lugar privilegiado de definição de identidade,

-a oposição necessária entre indivíduo que usa a língua e o sujeito da língua e

- o estatuto do imaginário, na medida em que para a visão clássica é o âmbito priorizado, das identidades. ”(BEHARES, *op. cit.*, p.143).

Behares esclarece que “dizer que a criança surda *aprende* a língua de sinais equivale a dizer que ela se transforma em *mestre* das relações significado/significante que constituem essa língua. No entanto, esse percurso da criança em sua relação com a linguagem mostra a inconsistência deste dizer e desta equivalência” (BEHARES, *op. cit.*, p.143). A criança surda, no processo de aquisição de língua de sinais, enfrentará tropeços, oscilações, trocas de significações e tantos outros pontos estruturais que uma criança ouvinte encontrará no caminho de aquisição da fala.

Assim, acompanho as idéias de Behares para quem a criança surda, como qualquer outra criança, encontra-se submetida a um conjunto de relações lingüísticas que são anteriores ao uso que delas fazem, “ela é falada desde a língua, e nesse *ser falada* acaba sendo capturada. A fala da mãe não é somente um fenômeno, é, de fato, toda língua¹. Por isso, quando se fala em língua materna, introduzimos a noção de captura. Desloca-se, assim, a idéia de um sujeito cuja identidade se define pelo uso da língua e o sujeito passa a ser concebido como sujeito da língua, trata-se, portanto, de um *efeito-sujeito* e a língua materna é o momento de constituição desse efeito-sujeito.

Sobre a língua materna, Pereira de Castro (2006) esclarece que:

Note-se ainda que a língua materna seja definida por Lacan como uma “ocupação”, termo que é em parte fruto da leitura que o autor faz, com Freud, da obra de Saussure (1968), que exclui a possibilidade de se tomar a língua como função do sujeito falante, invertendo a relação sujeito do conhecimento-objeto ao propor que o falante “registra passivamente” a língua (Saussure, *op.cit.*, p.30),

¹ Como diz C. De Lemos (1992:128), o outro não interessa enquanto “indivíduo” senão como “discurso ou instância de funcionamento da língua constituída”.

abrindo caminho para o reconhecimento do primeiro como efeito desta (PEREIRA DE CASTRO, p.142-143).

As questões levantadas por Behares sobre aquisição de linguagem, a relação do sujeito com a língua,, seja o ouvinte com a fala, ou surdo com a língua de sinais, permitiram Midena (2004) retornar ao que Freud (1891) enunciou “sobre um aparelho de linguagem que coloca o sujeito no circuito do outro pela relação com outro aparelho de linguagem e o que diz Lacan (1966) sobre o sujeito ser efeito do funcionamento das cadeias significantes, retomada que possibilita repensar a relação da oralidade e da língua de sinais com a questão da língua materna dos surdos.” (MIDENA, *op. cit.*, p. 64).

Dalcin (2006), psicóloga ligada à Psicologia Social, dentro dessa questão linguística, analisa também a relação do sujeito surdo com a língua de sinais, além do que a oralidade pode afetá-lo, buscou romper com o modelo predominante que avalia o “desvio” e a “incapacidade” como verdades absolutas, e que encontra na reabilitação a possibilidade de atuar sobre o órgão falho, no caso, o ouvido, e transformando o sujeito surdo num pedaço de carne que precisa ser reabilitado. Sua pesquisa buscou investigar como o surdo, filho de pais ouvintes, internaliza a cultura familiar e de que maneira essa internalização colabora para a formação de sua subjetividade. A autora considerou, para sua análise, além das questões relacionadas á língua do sujeito surdo, também aspectos da cultura surda, tais como o sentimento de “estrangeiro” que os surdos afirmaram sentir em relação a sua família de origem e, de maneira inversa, o seu sentimento de “familiaridade” quando encontram a comunidade surda que denominaram de sua “família”.

O não conhecimento da língua de sinais, pela família, a falta de interação, diz a pesquisadora, provoca angústia no surdo, um estranhamento (ela refere-se a Freud, no ensaio “O estranho”-1919), há uma idéia de estranheza intrínseca ao sujeito. Ver-se diante da diferença do outro provoca angústia no sujeito. Essa angústia se expressa na ambivalência em relação ao estranho, a qual, por um lado, demanda a exclusão dele, por outro, o seu acolhimento. Na família do surdo aparece esta ambivalência em relação ao estranho: por um lado demanda a exclusão, por outro, o acolhimento. Ao que parece, para Dalcin (2006), que acompanha Freud, o surdo seria o “estranhamente familiar”. Algumas vezes, algumas famílias, ou alguns membros da família, buscam aprender a língua de sinais

para comunicação com o surdo, contudo, na maioria das vezes, exigem que o surdo se expresse oralmente, ou seja, faça leitura labial e oralize.

Podemos ver que no campo teórico da surdez há autores que explicam o processo de aquisição de linguagem pelo surdo e propõem uma definição de língua materna como um objeto transparente e inequívoco. Para aqueles que consideram a língua de sinais como a língua materna desta comunidade basta que o surdo seja exposto a ela. Já para os que apostam na vertente oralista, cabe compensar o déficit perceptual e a exposição à fala: nos dois casos a língua se desenvolverá naturalmente. Desconsidera-se, assim, que há outras articulações em jogo que ultrapassam o entendimento da língua materna como a primeira de uma série possível de línguas, como também, em sua maioria, não se considera que aquisição e aprendizado, língua materna dos surdos (língua de sinais) e oralismo não são da mesma ordem.

Pereira de Castro (2006), ao pensar a língua materna, assim como o bilingüismo, a partir da incidência de um funcionamento linguístico, diz:

em certas situações pode-se supor que a língua materna seja constituída por materialidades lingüísticas diversas, provenientes de mais de uma língua. Não se trata de uma hipótese sobre o bilingüismo, sobre a relação entre duas totalidades de língua bem definidas, mas sobretudo de uma experiência – entendida como um vivido – atravessada por línguas, etnias ou culturas diversas². O que o sujeito sabe delas nem sempre coincide com o reconhecimento deste saber e muito menos com um uso que caracterizaria o chamado bilingüismo. Por isso a assunção, aparentemente paradoxal, de que a língua materna é inesquecível, mesmo quando não a reconhecemos na superfície da fala (PEREIRA DE CASTRO, *op. ci.*, p.144).

² Esta hipótese foi inicialmente formulada em 1998b, em um seminário realizado na Universidade de Paris III, a convite da profa. Jacqueline Authier.

Para finalizar, destaco e acompanho a questão colocada por Midená, que acompanha Pereira de Castro:

Embora o desdobramento dessa hipótese sobre língua materna como conceito metodológico com as relações da oralidade e língua dos sinais pelo surdo ultrapasse os limites desse trabalho, caberia lançar aqui a pergunta: até que ponto se podem excluir os efeitos da oralidade na discussão sobre a aquisição de linguagem pelos surdos severos (MIDENÁ, *op. cit.*, p. 66).

Voltando à questão da aquisição de linguagem do surdo filho de pais ouvintes, devemos lembrar que na maioria dos casos o contato com a língua de sinais é tardia. Mas antes que isso aconteça, a criança está imersa em um mundo sonoro, visual, tátil que de algum modo lhe inscrevem no universo simbólico. Devemos pensar como essas “inscrições” ocorrem, na singularidade da relação sujeito-linguagem-outro/Outro. Singularidade, também, presente na ausência de uma patologia, como assinala Cerqueira (2005):

O limite no organismo não impede que este funcione simbolicamente, “mas convoca outros meios para que isso se dê” (NUNES, *id.*p.65). Como coloca NUNES, no caso de uma mãe ouvinte e uma criança “surda”, “a transmissão” se dá “principalmente, pelos movimentos corporais. Não se trata de qualquer movimento, mas daquele cujo sentido toca o corpo respondendo a uma demanda, e isso implica o Outro (*id.* p.68)

Cerqueira acompanha Vorcaro (2005), para quem desde que o organismo nasce, ele é afetado pela interpretação materna de suas manifestações: o choro, o balbúcio, o olhar, o gesto. Todas elas são significadas em uma “rede de sentidos” sustentada por aquele que faz a função materna. Trata-se de um organismo falado, interpretado pelo Outro e que, por isso, de um modo singular, pode se constituir em um corpo simbolicamente organizado.

Como assinala Rafaelli (2004), o diagnóstico de surdez pode vir a romper o trânsito lingüístico imaginariamente garantido pela “mãe” - instância de funcionamento da língua. . Ela afirma que:

a criança que nasce com a marca da surdez vai produzir uma novidade quanto às exigências que vão surgir na forma de estabelecer uma relação de comunicação diferencial, causando desde o princípio um constrangimento naqueles que estão na posição de sustentar sua constituição. Diante disso, busca-se um novo código de comunicação, em função da ruptura que passa a existir na relação com esse filho e com as expectativas constituintes que foram antecipadas para ele” (RAFAELI, idem, p 286).

Pode-se pensar que, diante dessa ruptura, a mãe faça um movimento no sentido de enlaçar-se a seu filho, ou seja, “uma forma de supor imaginariamente essa criança em uma nova rede de sentidos que a mãe possa sustentar, garantindo, assim, um lugar para esse sujeito” (NUNES, idem, idem, p.89).

Cerqueira diz que a língua de sinais, é uma língua, um “sistema de signos”, “um sistema de valores puros” (SAUSSURE, 1916, p. 130), que implica o corpo, e que vai ter seu funcionamento determinado por ele. Também, essa língua coloca os pais em uma condição que se aproxima, mas que não é semelhante – na visão da autora, daquela citada por Melman sobre a mãe imigrante, em que seu filho “fala” uma língua que é estrangeira, que lhe causa estranhamento, mas “a inserção do gesto e mesmo da língua de sinais, apesar do estranhamento inicial da mãe, não impede que ambas continuem circulando na língua estabelecida após o diagnóstico da surdez” (NUNES, 2004, p.99).

É preciso ir além das descrições para contemplar os fenômenos lingüísticos, pois, de fato, acompanho Lier-DeVitto (2006), quando afirma que:

por meio de uma análise lingüística “*strictu sensu*” não é possível apreender uma fala peculiar, uma marca de singularidade[...] os instrumentais descritivos da Lingüística não podem captar o que a orelha/[olho] do falante de uma língua escuta/[vê], estranha e distingue. É preciso uma noção de língua-fala-falante que permita produzir um dizer para um sujeito, que abra a possibilidade de articular o geral das leis de funcionamento da língua, ao particular da produção de um sujeito (LIER-DE VITTO, p. 248).

Note-se que as colocações acima introduzem questões de grande envergadura que ultrapassam em grande medida a discussão inicial deste artigo. A polêmica entre oralismo e língua de sinais, tendo em vista que envolvem línguas de ordem diferentes, que não podem ser naturalizadas, abriga problemas teóricos importantes, entre os quais a complexa relação entre estruturação da linguagem e estruturação subjetiva, especialmente quando se leva em consideração o fato de que a criança surda está sob efeito da fala de sua mãe, que o inscreve em uma ordem simbólica, ainda que a criança não possa ouvi-la.

Considerações Finais

Para encerrar este artigo enfatizo, uma vez mais, as palavras de Pereira de Castro, para quem é possível afirmar “que a língua materna deva ser compreendida como uma experiência única, impossível de ser esquecida mesmo quando a julgamos perdida; mesmo se não a reconhecemos mais na superfície da fala, ‘mesmo se falamos uma língua estrangeira’” (PEREIRA DE CASTRO, 1998, p. 256). Essas palavras deveriam ecoar nos estudos sobre a relação do surdo com a linguagem, independente da modalidade em questão.

Busquei neste rápido artigo fazer uma leitura crítica de alguns destes trabalhos de viés pedagógico, especialmente no que se refere à naturalidade com que se define o que é língua materna. Os conceitos aplicados para a ouvinte não pode ser naturalmente aplicado à língua de sinais, ignorando as especificidades de cada língua, as modalidades diferentes,

assim como quando é falado em primeira e segunda língua para o surdo e ouvinte, que da sustentação teórica ao bilinguismo, também diferente para ouvintes e surdos.

Frente a esse estado de coisas, menos do que tentar responder a questões de tal envergadura, optei por interrogar tudo aquilo que é voz corrente nos trabalhos sobre a educação de surdos. Reconheço que, muitas vezes, passei rapidamente por questões que demandavam tratamento verticalizado, mas me parecia necessário colocar em xeque, questionando essas noções de modo crítico e reflexivo.

Acredito que as questões aqui colocadas não podem ser simplificadas e me parece fundamental que sejam enfrentados os obstáculos, que, conforme observei, têm sido contornados, deixados à margem da discussão: qual(is) o(os) modo(s) de relação do surdo com a Língua? Esta questão ultrapassa a discussão ideológica e a divergência entre propostas que têm dominado a literatura do campo. É necessário escapar a dicotomias e pensar na singularidade de cada criança e no seu modo de presença na linguagem, para encontrarmos um caminho para conduzi-las ao universo da escrita, sem apagar os obstáculos relativos à marca que a surdez imprimiu em sua história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, L. **Ouvir e escutar na constituição da clínica de linguagem**. 143f.. Tese (Doutorado em Lingüística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2003.

BEHARES, L. E. **O simbolismo esotérico na interação mãe ouvinte – criança surda, revisitado, trabalho apresentado no curso Aquisição da Linguagem**, Pós-Graduação em Lingüística, IEL, UNICAMP (mimeo), 1995.

_____ **Línguas e Identificações: as Crianças Surdas entre o “sim” e o “não”**.
In: SKLIAR, Carlos (org.). *Atualidade da Educação Bilíngue para Surdos: Interfaces entre Pedagogia e Lingüística*. v. 2. Porto Alegre: Mediação, 1997.

CERQUEIRA; C. Clínica de Linguagem: Interrogações e Pontuações sobre Retardo de Linguagem a partir do atendimento de uma criança.Dissertação (Mestrado em Lingüística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2005.

DALCIN,G. Um estranho no ninho, Dissertação, UFSC, 142f, 2005, In: Quadros, R.M. Estudos Surdos I (org), Ed. Arara Azul, 2006.

HARRISON, K. M. P. O momento do diagnóstico de surdez e as possibilidades de encaminhamento. In (org) Lima, M.C; Nakamura, H; Lacerda, C. B. F. Fonoaudiologia: surdez e abordagem bilíngüe. São Paulo, Plexus ed. 2000.

LIER-DeVITTO, M. F. Patologias da linguagem: sobre as “vicitudes de falas sintomáticas In: In: Lier-De Vitto, M.F, e Arantes,L. Aquisição, Patologias e Clínica de Linguagem, EDUC/SP, 2006.

MIDENA, M.C. M. O surdo e a escrita na clínica fonoaudiológica: um estudo de caso. UNICAMP/SP – IEL. 2004.

NUNES, L.M. A escrita em gesto: um caso de surdez. Tese (Doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP, 2004.

OLIVEIRA, L. A. Fundamentos Históricos, Biológicos e legais da Surdez. IESDE Brasil S.A. 152 p. Curitiba. 2011.

PEREIRA DE CASTRO, M.F. Sobre o (im)possível esquecimento da língua materna, In: Lier-De Vitto, M.F, e Arantes,L. Aquisição, Patologias e Clínica de Linguagem, EDUC/SP, 2006.

_____Língua materna: palavra e silêncio na aquisição de linguagem, In: Junqueira Filho, L. C.U (org.). Silêncios e luzes. Sobre a experiência do vazio e da forma. São Paulo, Casa do Psicólogo, 1998.

RAFAELI, Y.M; PAVONE, S. A fala nas psicoses infantis: interfaces fonaudiologia e psicanálise. In: Audição, voz e linguagem: a clínica e o sujeito. Editora Cortez, 2004.

SAUSSURE, F. Curso de Lingüística Geral (org.) Bally, C; Sechehaye, A. (tradução) Chelini, A; Paes, J; Blikstein, I. 30 ed. São Paulo: editor pensamento cultrix, 1989.

SKLIAR, Carlos (org), A Surdez - um olhar sobre as diferenças. Mediação, Porto Alegre, 1998.

VORCARO, A; NAVEGANTES, L. F. A ecorporação de uma voz. In (org) Vorcaro, A.M.R. **Quem fala na língua?** 1 ed. São Paulo: Ágalma, 2004.